



10 ANOS
10 TEMAS
SAÚDE



O DataCentro é a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da região Centro. Trata-se de uma aposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro num serviço público de informação, único ao nível da região, de fácil utilização e direcionado para um público-alvo diversificado.

Organizado por grandes domínios (Centro, PORTUGAL 2020, Conjuntura, Europa, CCDRC e Barómetro), integra mais de 1.000 indicadores estatísticos de diferentes fontes de informação, que podem ser conjugados à medida das necessidades do utilizador ou consultados através de tabelas predefinidas para diferentes níveis de desagregação geográfica e visualizados através de cartogramas.

Para assinalar os 10 anos de existência do DataCentro, a CCDRC lança vários cadernos temáticos que tratam diferentes áreas da realidade regional.

Todos os indicadores analisados neste documento são disponibilizados no DataCentro, que pode ser consultado em datacentro.ccdrc.pt.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

DataCentro - 10 Anos 10 Temas - Saúde

EDITOR

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

DATA DE EDIÇÃO

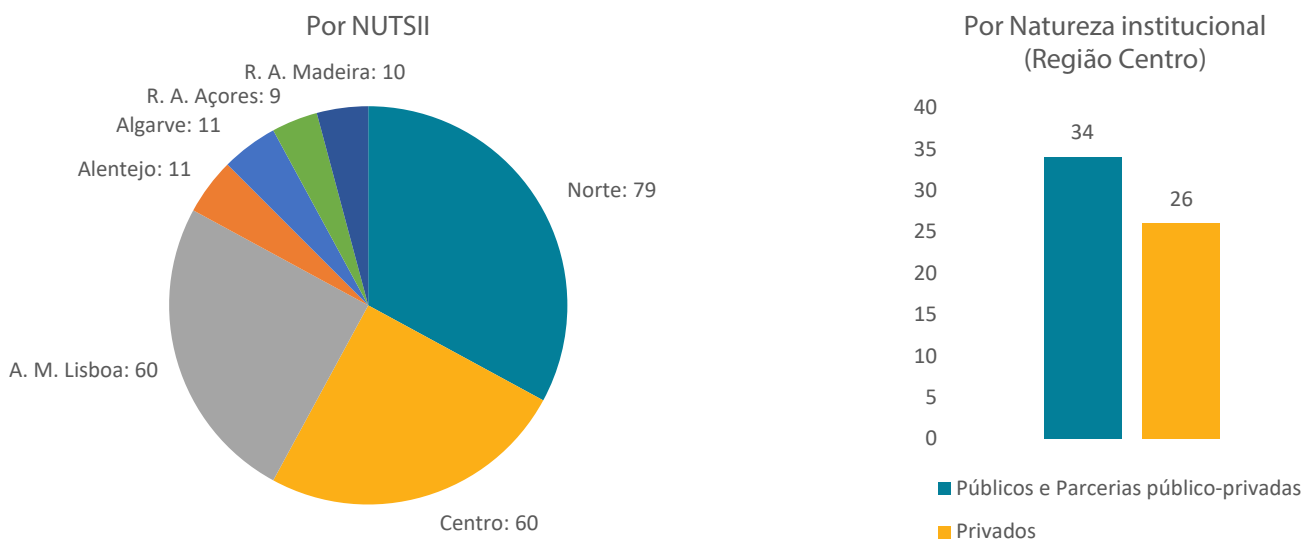
Janeiro de 2023

SAÚDE NO CENTRO

CENTRO CONCENTRA 25% DOS HOSPITAIS DO PAÍS E 18,8% DAS CAMAS NOS HOSPITAIS

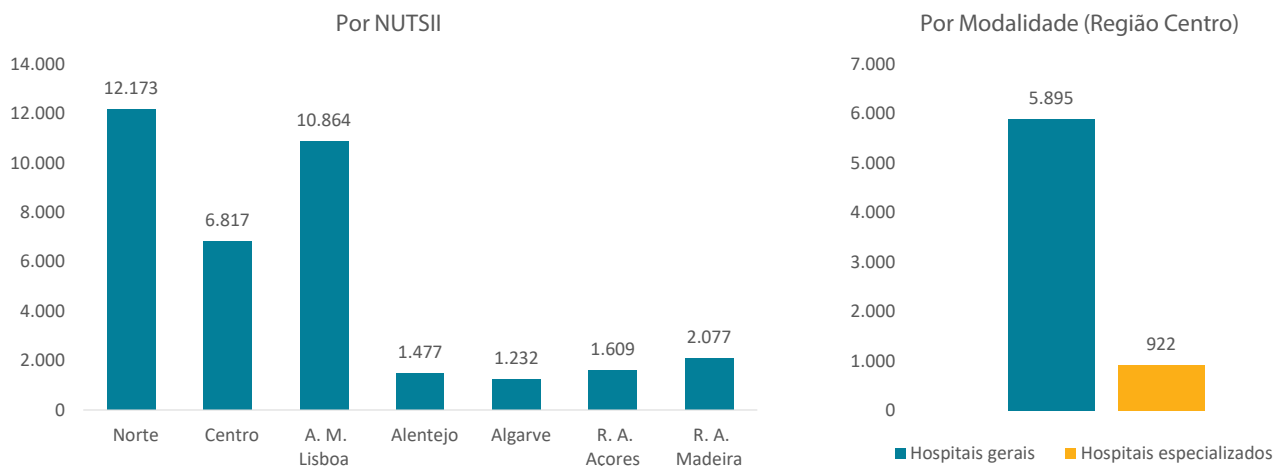
Na Região Centro, existiam 60 hospitais, correspondendo a 25% do total nacional. A Região Centro era a segunda região do país com mais hospitais, depois do Norte e a par com a Área Metropolitana de Lisboa. Dos 60 hospitais instalados na Região Centro, 34 (56,7%) eram, de acordo com a natureza institucional, públicos e parcerias público-privadas e 26 (43,3%) eram privados. A nível nacional, existiam 240 hospitais, sendo 112 hospitais públicos e parcerias público-privadas (46,7%) e 128 privados (53,3%), o que evidenciava um maior peso dos hospitais públicos na Região Centro, comparando com o total nacional.

HOSPITAIS, 2021



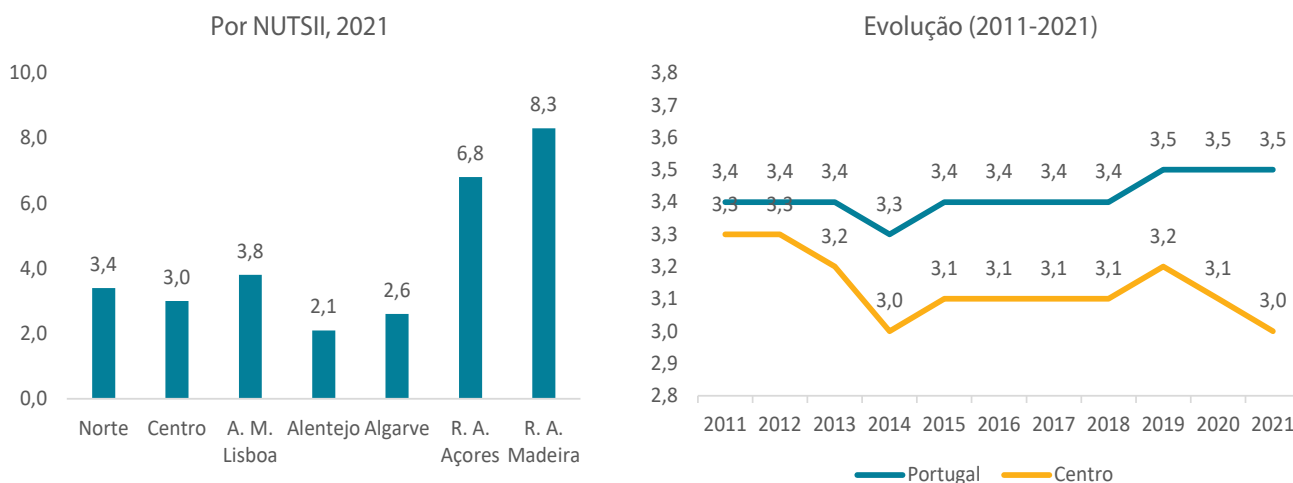
No conjunto dos hospitais existiam, na Região Centro, 6.817 camas, em 2021, correspondendo a 18,8% do total nacional. A Região Centro era a terceira região com mais camas, depois do Norte, com 12.173 camas e da Área Metropolitana de Lisboa, com 10.864 camas (33,6% e 30,0% do total nacional, respetivamente). Estas três regiões disponibilizavam 82,4% das camas nos hospitais em Portugal. Na Região Centro, 13,5% das camas estavam em hospitais especializados, um peso apenas superior à da região do Algarve (0,6%) e do Alentejo (10,6%) e inferior à média nacional (22,3%).

CAMAS NOS HOSPITAIS, 2021

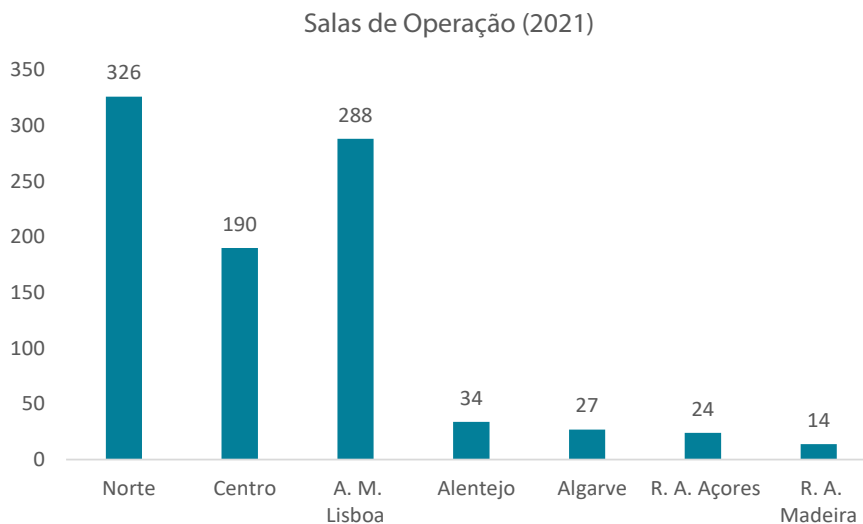


O [número de camas nos hospitais](#) (lotação praticada) na Região Centro era de 3,0 por cada 1.000 habitantes, número inferior à média nacional de 3,5 camas por cada 1.000 habitantes, sendo apenas superior ao das regiões do Alentejo (2,1 camas) e do Algarve (2,6 camas). Era nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que se registavam os maiores números de camas nos hospitais por cada 1.000 habitantes (8,3 e 6,8 camas, respetivamente). Na Região Centro, a tendência tem sido de diminuição do número de camas nos hospitais nos últimos dois anos, invertendo a tendência de recuperação que se tinha vindo a verificar desde a quebra registada entre 2011 e 2014. O número de camas por 1.000 habitantes na região estava abaixo do registado há 10 anos (era de 3,3 camas em 2011) e da média nacional. Pelo contrário, a nível nacional, os valores eram superiores aos registados há uma década (em 2011 era de 3,4 camas por 1.000 habitantes).

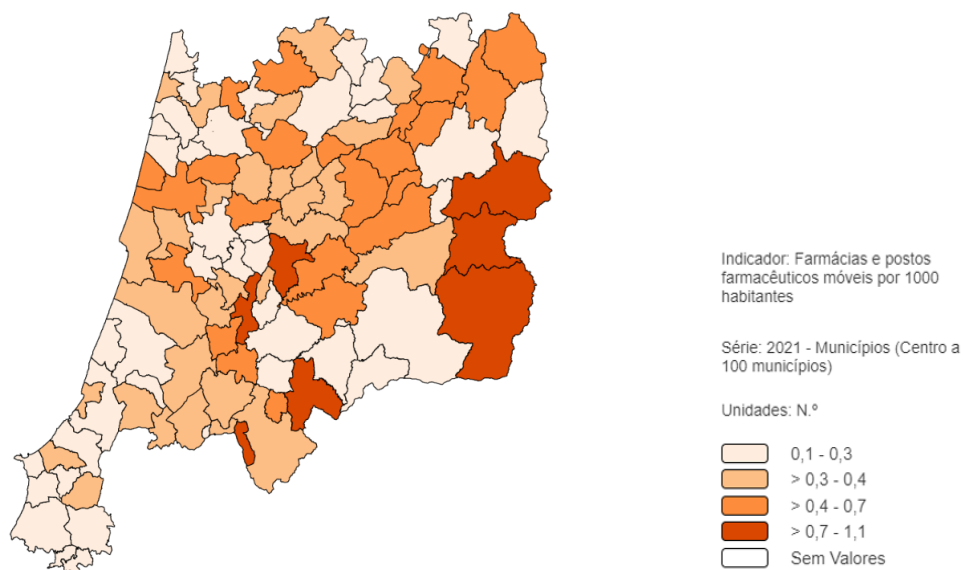
CAMAS NOS HOSPITAIS (LOTAÇÃO PRATICADA) POR 1.000 HABITANTES



Na Região Centro existiam, em 2021, 190 salas de operação (21,0% do total nacional), sendo a terceira região com mais salas, atrás do Norte (326 salas) e da Área Metropolitana de Lisboa (288 salas). Estas três regiões concentravam 804 salas de operação, ou seja, 89,0% do total nacional.

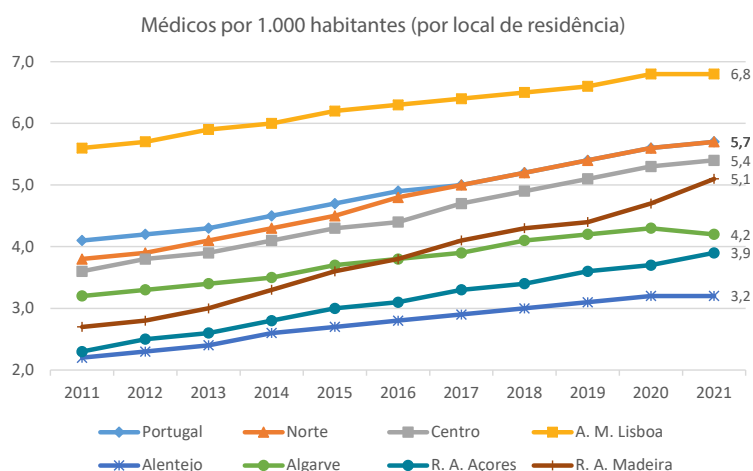


Em 2021, estavam em atividade 735 farmácias e 61 postos farmacêuticos móveis, na Região Centro, que correspondiam a um peso de 25,6% do total a nível nacional. Assim, na Região Centro, existiam 0,4 farmácias por cada 1.000 habitantes, um número ligeiramente superior à média nacional de 0,3 farmácias por 1.000 habitantes e que cresceu ligeiramente face ao registado há 10 anos (era 0,3 em 2011). Os municípios com menor densidade populacional tendem a ter um maior número de farmácias por 1.000 habitantes, como Penamacor (1,1 farmácias), Idanha-a-Nova (1,0 farmácias) e Figueiró dos Vinhos (0,9 farmácias). Por outro lado, o município de Arruda dos Vinhos era o que apresentava o menor número de farmácias face à população residente (0,1 farmácias por 1.000 habitantes).

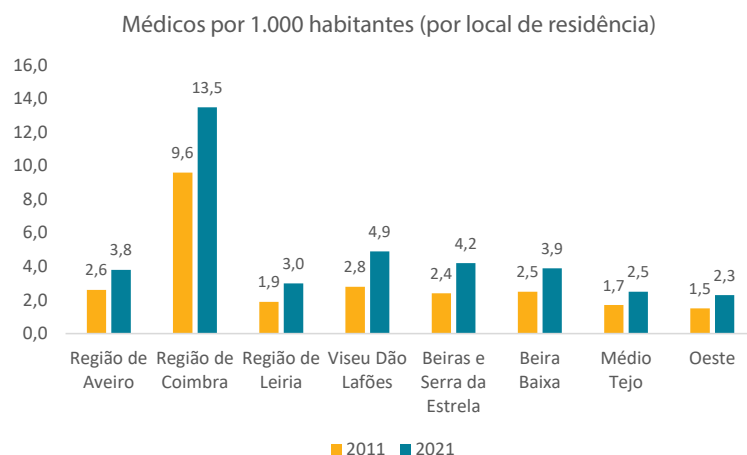


NÚMERO DE MÉDICOS E DE ENFERMEIROS CRESCER SIGNIFICATIVAMENTE NA ÚLTIMA DÉCADA

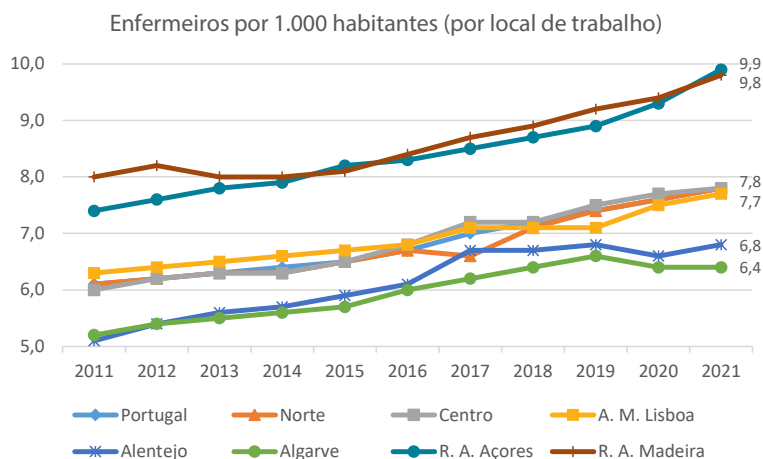
O número de médicos e enfermeiros tem vindo a crescer de forma significativa na última década. Na Região Centro, existiam, em 2021, 5,4 [médicos por 1.000 habitantes](#), sendo a terceira região do país que registava o maior número, depois da Área Metropolitana de Lisboa e do Norte, com 6,8 e 5,7 médicos por 1.000 habitantes, respetivamente. Este indicador tem tido uma tendência de forte crescimento, tendo aumentado 50% na última década. Em 2011, existiam 3,6 médicos por cada 1.000 habitantes na Região Centro. Ainda assim, a região não alcançou a média nacional de 5,7 médicos por cada 1.000 habitantes, sendo que este indicador cresceu 39% no país durante este período.



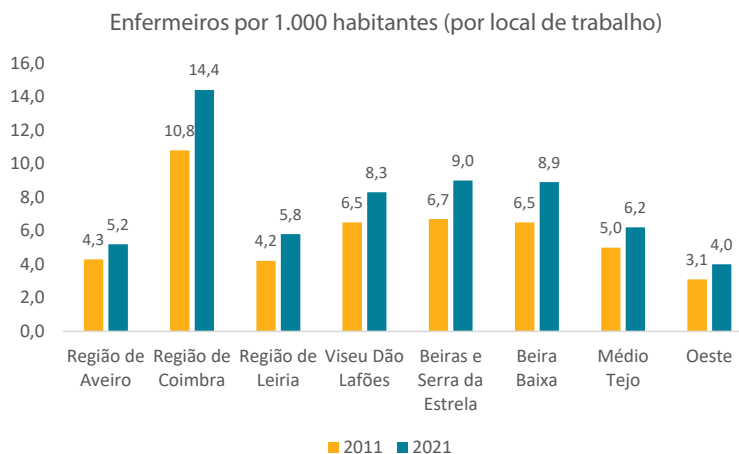
Apesar desta tendência, existiam disparidades territoriais assinaláveis ao nível da Região Centro. A Região de Coimbra foi onde se registou o maior número de médicos por 1.000 habitantes (13,5), seguida de Viseu Dão Lafões (4,9) e Beiras e Serra da Estrela (4,2). As regiões onde se registaram os menores números foram a Região de Leiria (3,0), Médio Tejo (2,5) e Oeste (2,3).



O número de enfermeiros evidenciou a mesma evolução. Em 2021, existiam 7,8 enfermeiros por cada 1.000 habitantes, na Região Centro, sendo a terceira região do país, a par com o Norte, com o maior número de enfermeiros por 1.000 habitantes, atrás da Região Autónoma dos Açores (9,9 enfermeiros) e da Região Autónoma da Madeira (9,8 enfermeiros). Nos últimos 10 anos, assistiu-se a um crescimento deste indicador em 30% no Centro, ligeiramente superior ao crescimento a nível nacional (28%).

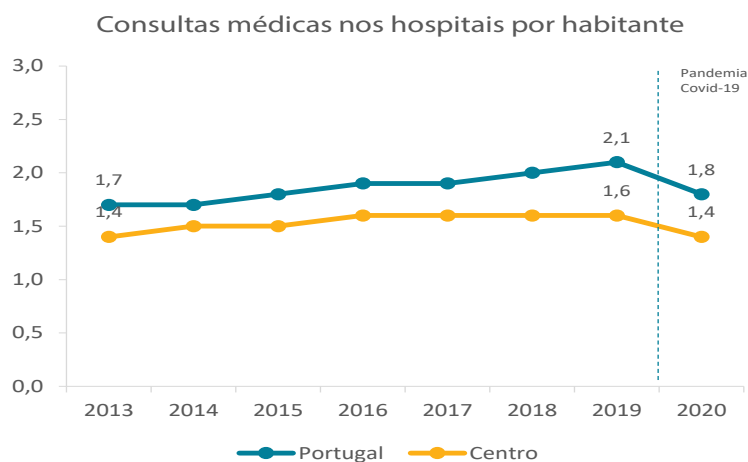


Existiam também disparidades territoriais assinaláveis no número de enfermeiros. A Região de Coimbra foi novamente onde se registou um maior número de enfermeiros por 1.000 habitantes (14,4 enfermeiros), seguida das Beiras e Serra da Estrela (9,0 enfermeiros) e da Beira Baixa (8,9 enfermeiros). Os valores mais elevados de médicos e de enfermeiros na Região de Coimbra dever-se-ão ao facto de aí se localizar o Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra (CHUC), que agrega quatro hospitais e duas maternidades, sendo o maior empregador da Região Centro. A Região de Leiria (5,8 enfermeiros), a Região de Aveiro (5,2 enfermeiros) e o Oeste (4,0 enfermeiros) foram os territórios onde se registaram os menores números destes profissionais por cada 1.000 habitantes.

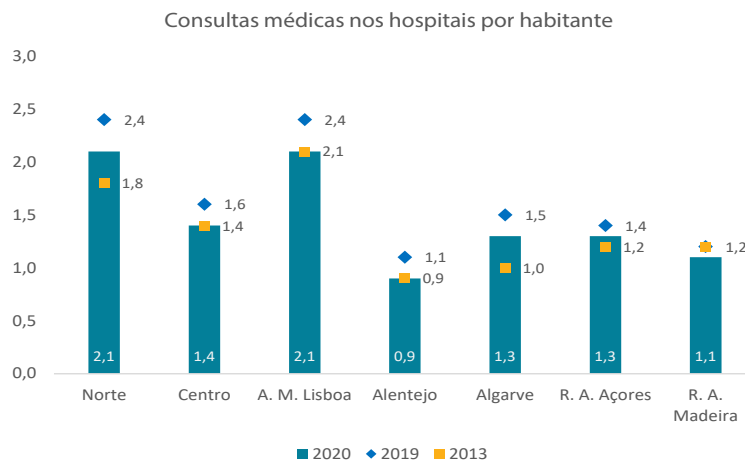


PANDEMIA COVID-19 FEZ DIMINUIR AS CONSULTAS NA REGIÃO

Em 2020, realizaram-se 1,4 consultas médicas por habitante nas unidades de consulta externa dos hospitais na Região Centro, sendo inferior à média nacional de 1,8 consultas por habitante. A pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo, fazendo recuar em 13% o número de consultas nos hospitais da região face a 2019 e regressando a valores de 2013. Este efeito esteve em linha com o que sucedeu no resto do país onde, em média, o número de consultas se reduziu em 14%. No entanto, foi bastante superior à diminuição registada nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que foi de apenas 7% e de 8%, respetivamente.

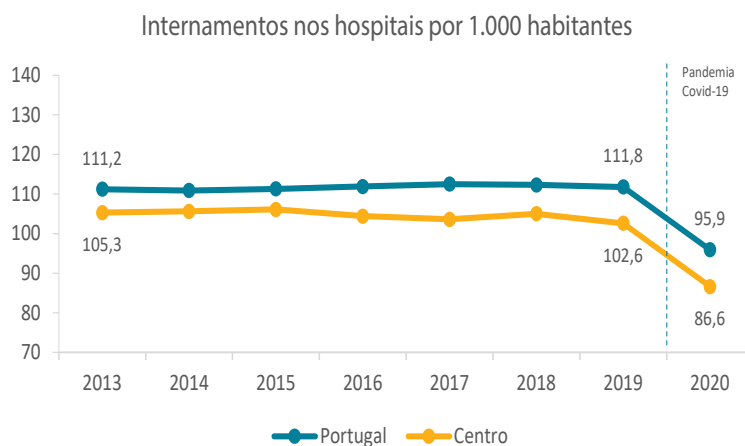


Verificaram-se diferenças relevantes entre regiões ao nível das consultas externas realizadas nos hospitais. O Norte e a Área Metropolitana de Lisboa ultrapassaram o Centro no número de consultas efetuadas, tendo as duas regiões realizado 2,1 consultas por habitante em 2020, ou seja, um valor cerca de 50% superior ao verificado no Centro. Por outro lado, no Alentejo, realizaram-se 0,9 consultas nos hospitais por habitante, menos 36% do que no Centro.

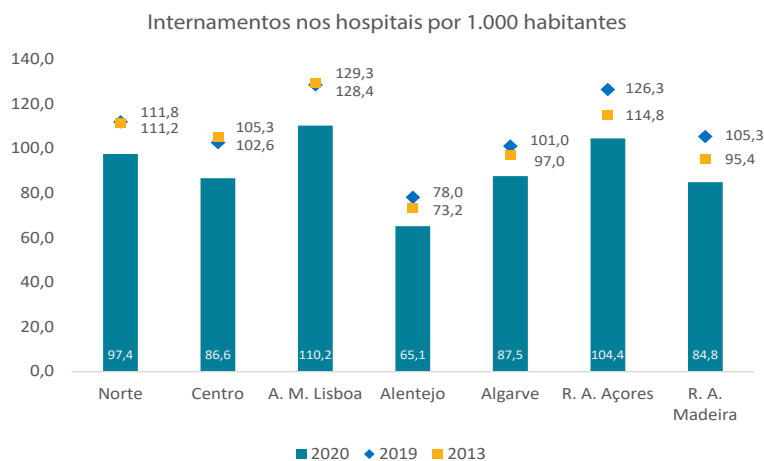


TAMBÉM OS INTERNAMENTOS NA REGIÃO CENTRO DIMINUÍRAM COMO RESULTADO DA PANDEMIA

Em 2020, realizaram-se 86,6 internamentos nos hospitais por 1.000 habitantes na Região Centro, o que resultou numa redução de 16% face a 2019, podendo ser justificado pela alocação de recursos nos hospitais para combate à pandemia. O valor registado foi inferior à média nacional de 95,9 internamentos por cada 1.000 habitantes, que recuou 14% face a 2019. Os valores de número de internamentos tiveram, entre 2013 e 2019, uma tendência de estabilidade sendo, em média, 111,7 por 1.000 habitantes em Portugal e 104,7 por 1.000 habitantes na Região Centro.

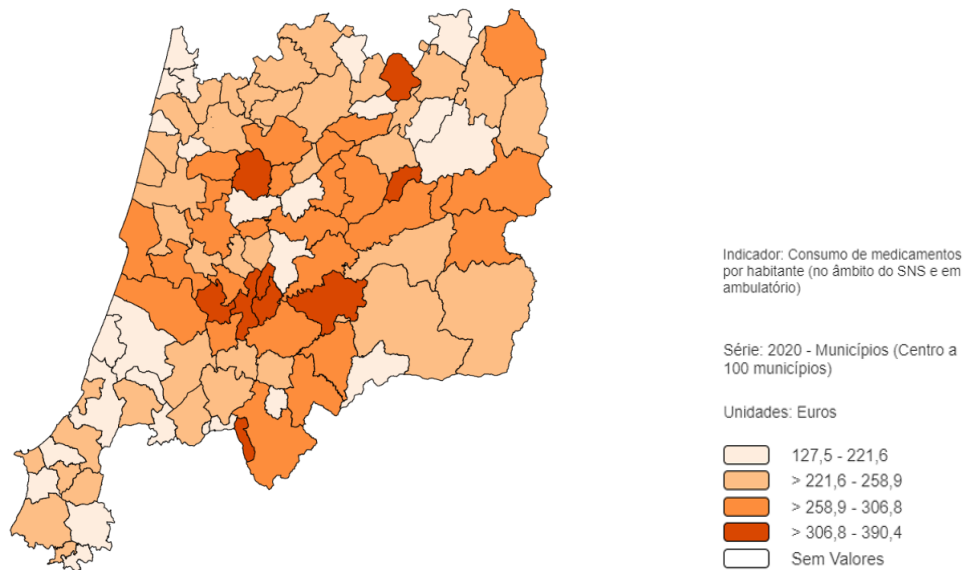


Ao nível das regiões, tal como sucede com o número de consultas realizadas, o número de internamentos registou diferenças assinaláveis. Apenas o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira tiveram um número de internamentos por 1.000 habitantes inferior ao da Região Centro, ou seja, 65,1 internamentos e 84,8 internamentos, respetivamente. Na Área Metropolitana de Lisboa foi onde se registou o maior número de internamentos, 110,2 por cada 1.000 habitantes, ou seja, 27% superior ao registado no Centro.

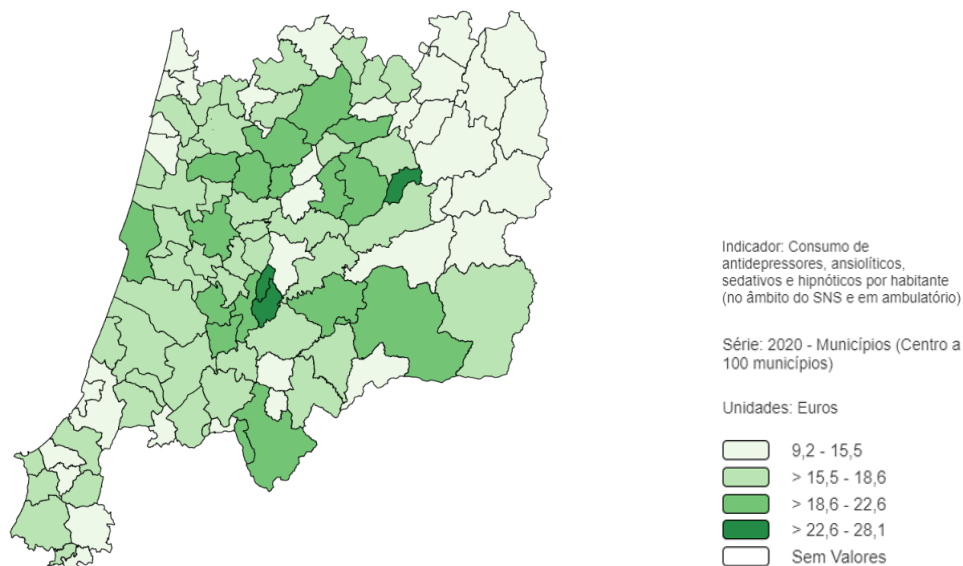


VALOR DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS DIMINUIU EM 10 ANOS

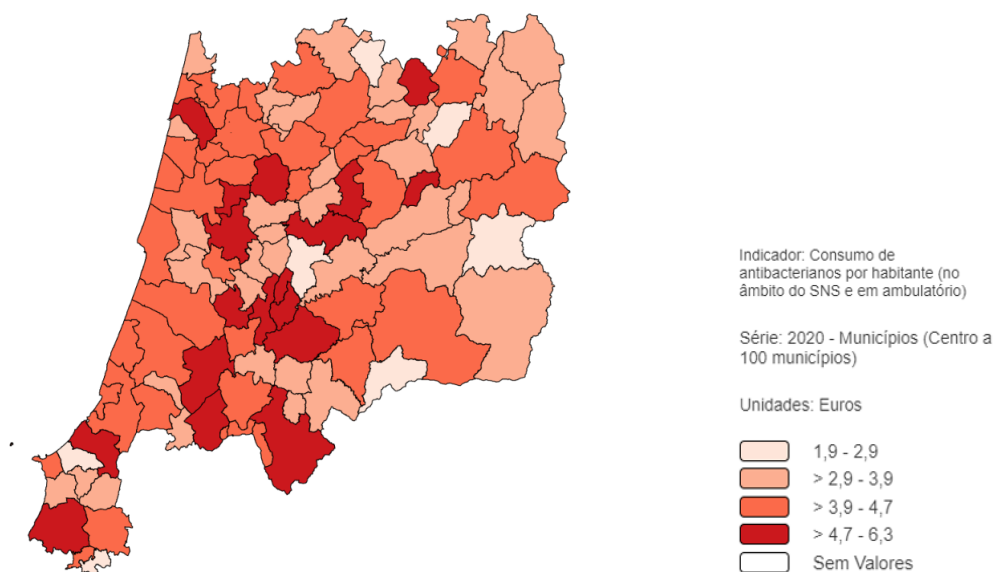
O valor despendido no [consumo de medicamentos por habitante](#) foi inferior ao registado há 10 anos, apesar da subida que se verificou, particularmente a partir de 2016. Em 2020, cada habitante da Região Centro consumiu, em média, 241,7€ em medicamentos, que compara com o valor de 253,6€ registado em 2010. Os municípios que registaram valores mais elevados de consumo de medicamentos por habitante foram Castanheira de Pêra (390,4€), Pedrógão Grande (360,1€) e Ansião (353,9€). Pelo contrário, nos municípios de Ílhavo (183,6€), Óbidos (178,8€) e Arruda dos Vinhos (127,5€) registaram-se os menores valores de consumo de medicamentos por habitante.



O valor do [consumo de antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos por habitante](#) na Região Centro também foi inferior ao registado há 10 anos. Em 2020 foi de 17,1€ por habitante, um valor que compara com os 19,5€ gastos em 2010. Pedrógão Grande foi o município onde se registou o montante mais elevado deste tipo de medicamentos por habitante (28,1€), seguido de Manteigas (28,0) e Castanheira de Pêra (25,2€). Pelo contrário, em Arruda dos Vinhos, foi o município onde se registou o menor valor por habitante (9,2€), seguido de Óbidos (11,4€) e Góis (11,8€).

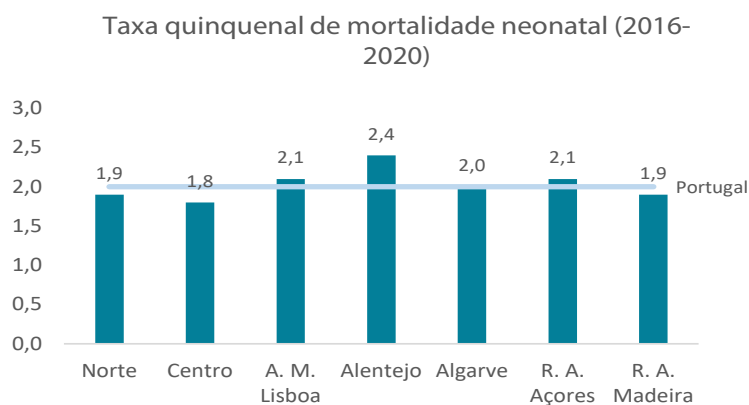


O [consumo de antibacterianos por habitante](#) reduziu 21% entre 2019 e 2020, de 5,5€ para 4,3€, acentuando a tendência de descida que se tinha vindo a verificar na última década. Este facto poderá ser justificado, em parte, devido à pandemia de Covid-19 e à redução da prevalência de outras doenças infecciosas, em especial durante os períodos de confinamento. Em 2010, o consumo de antibacterianos por habitante era de 8,1€. Os municípios de Góis, Vila Velha de Ródão e Óbidos registaram os menores valores de consumo de antibacterianos por habitante em 2020 (1,9€ nos dois primeiros e 2,4€ no último). Por oposição, os montantes mais elevados de consumo de antibacterianos registaram-se nos municípios de Ansião (6,3€), Pedrógão Grande (5,6€), Arganil e Oliveira do Hospital (5,9€).

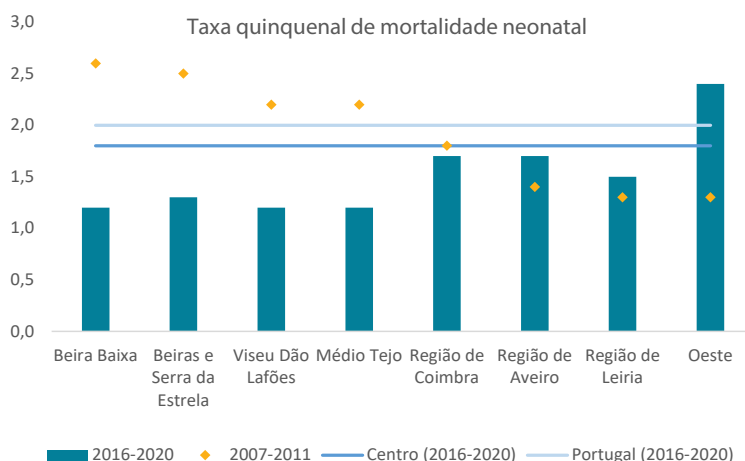


NA ÚLTIMA DÉCADA DIMINUIU A MORTALIDADE NEONATAL E INFANTIL

Ao nível dos cuidados de saúde neonatal e infantil, a Região Centro tem mostrado bons indicadores e uma tendência de melhoria na última década. Em 2020, a [taxa quinquenal de mortalidade neonatal](#) na Região Centro era de 1,8 óbitos por cada 1.000 nados-vivos no somatório dos últimos cinco anos, a menor a nível nacional.

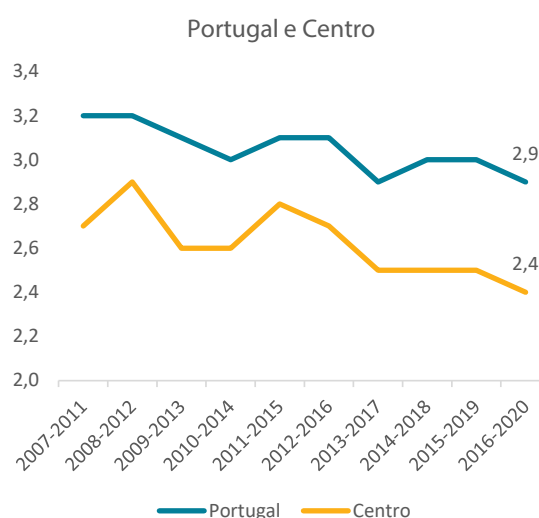
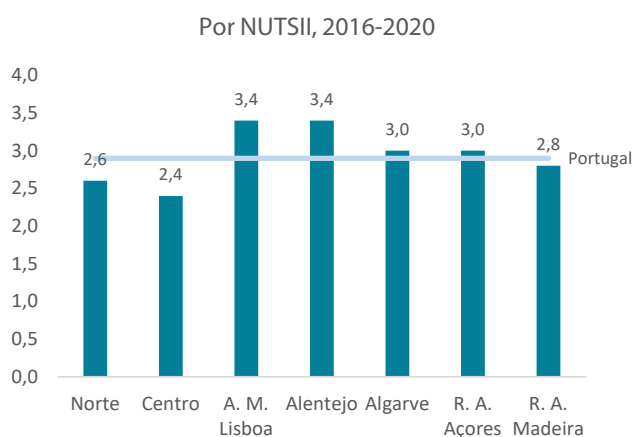


Na Região Centro, a Beira Baixa registou a maior redução na mortalidade neonatal na última década (-54%), seguida das Beiras e Serra da Estrela (-48%), de Viseu Dão Lafões e do Médio Tejo (-45%). Estes territórios conseguiram, na última década, passar de indicadores de mortalidade acima da média nacional para valores em torno de 1,2 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, os menores a nível nacional e europeu. Por outro lado, registou-se um aumento na mortalidade neonatal na Região de Aveiro, na Região de Leiria e no Oeste, esta última superando a média nacional de 2,0 óbitos por cada 1.000 nados-vivos no somatório dos últimos cinco anos.

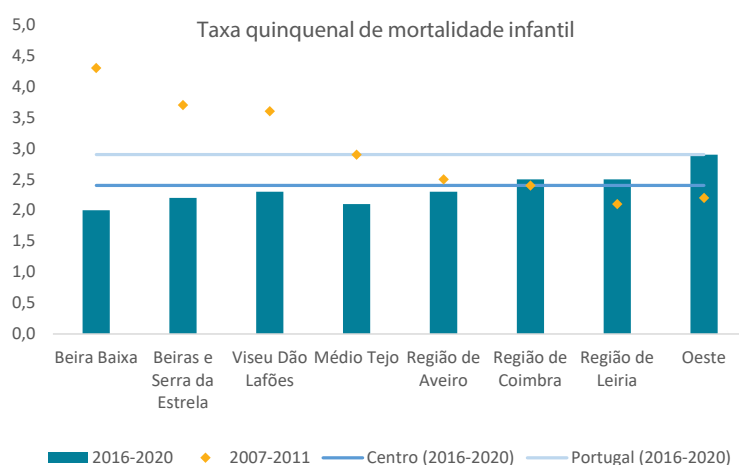


Em 2020, a [taxa quinquenal de mortalidade infantil](#) na Região Centro era de 2,4 óbitos por cada 1.000 nados-vivos no somatório dos últimos 5 anos, a menor a nível nacional. O Norte e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões que, tal como o Centro, apresentaram valores inferiores à média nacional, de 2,6 e 2,8 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, respetivamente. Este indicador tem vindo a melhorar na última década, passando de 2,7 óbitos por cada 1.000 nados-vivos em 2007-2011 para 2,4 em 2016-2020 (uma diminuição de 11%), uma tendência que se têm verificado a nível nacional, onde o indicador decresceu de 3,2 para 2,9 óbitos por cada 1.000 nados-vivos (uma redução de 9%).

TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE INFANTIL

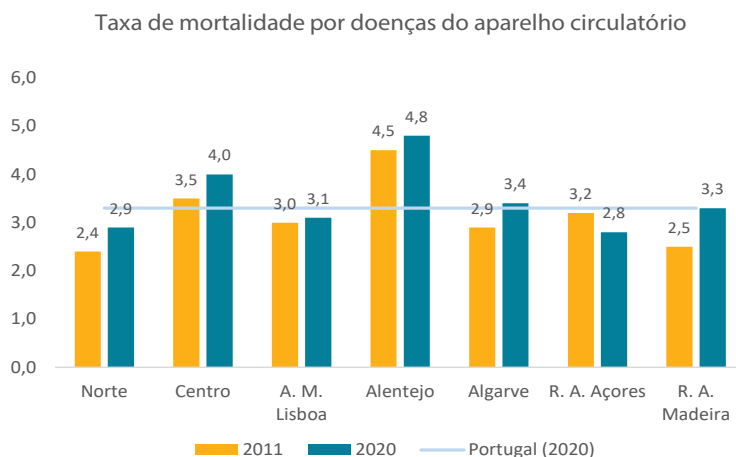


Ao nível da Região Centro, as regiões onde que registaram as maiores reduções na taxa de mortalidade infantil foram, novamente, a Beira Baixa, as Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão Lafões. A redução foi de 53% na Beira Baixa, 41% nas Beiras e Serra da Estrela e 36% em Viseu Dão Lafões, para registos de mortalidade inferiores a 2,4 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, um valor abaixo da média nacional (2,9 óbitos). Por outro lado, a Região de Coimbra, a Região de Leiria e o Oeste viram aumentar este indicador na última década, passando esta última região a igualar a média nacional deste indicador.

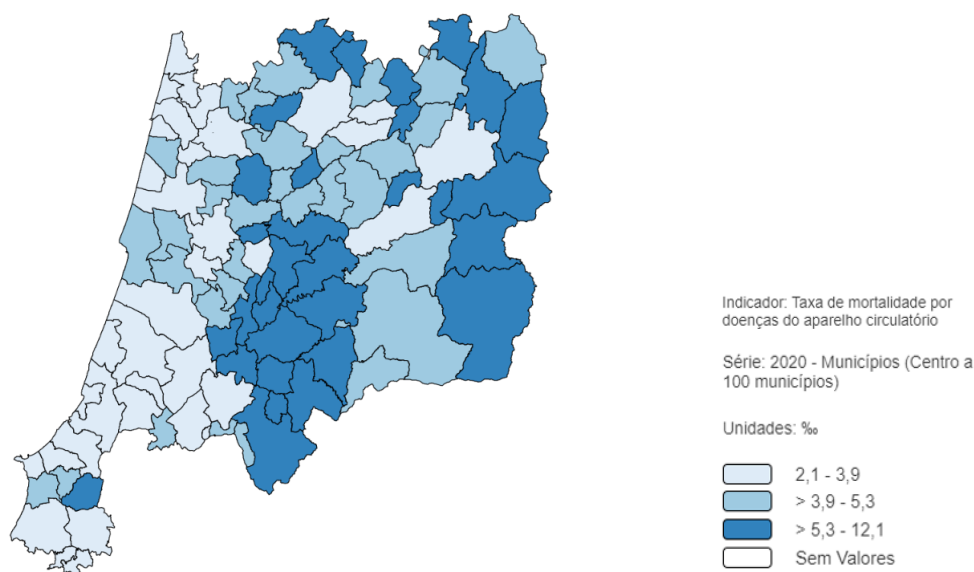


AUMENTO DA MORTALIDADE DEVIDO A DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO E A TUMORES MALIGNOS

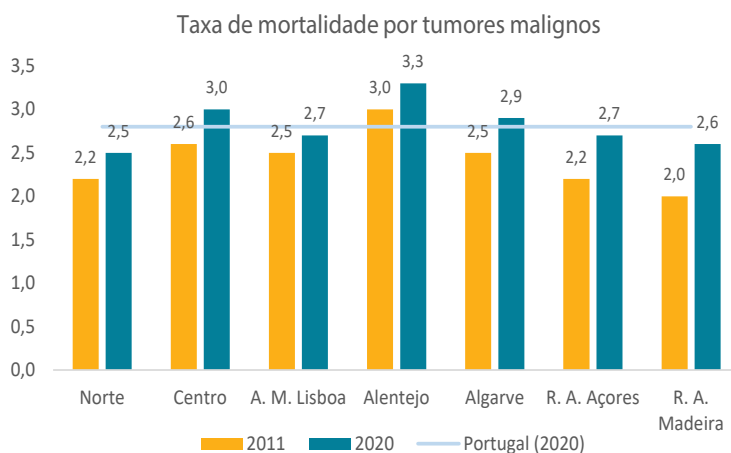
Relativamente a outras causas de mortalidade, nomeadamente a mortalidade devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, os indicadores da Região Centro não são tão positivos. Em 2020, a [taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório](#) na Região Centro era de 4,0 óbitos por cada 1.000 residentes, superior à média nacional de 3,3 óbitos por cada 1.000 residentes e apenas inferior ao valor registado no Alentejo (4,8 óbitos por cada 1.000 residentes). Na última década verificou-se uma tendência de subida deste indicador no Centro, que cresceu 14%. Este aumento foi superior ao registado a nível nacional (10%), mas ainda assim menor do que se verificou na Região Autónoma da Madeira (32%), no Norte (21%) e no Algarve (17%).



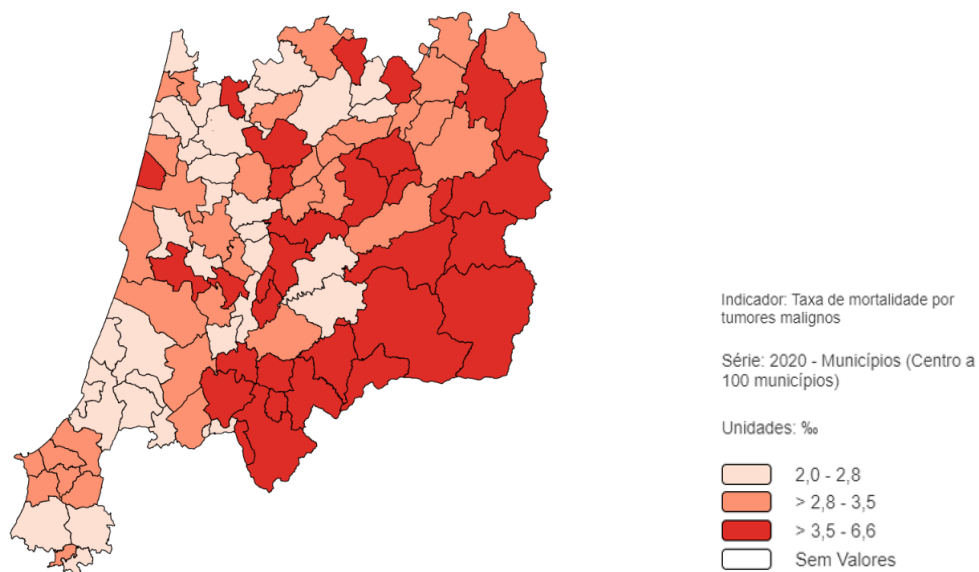
Ao nível municipal, foi em Aguiar da Beira onde se registou, em 2020, a maior taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório na Região Centro (12,1 óbitos por cada 1.000 residentes), seguido de Mação (9,8 óbitos por cada 1.000 residentes) e de Pampilhosa da Serra (9,4 óbitos por cada 1.000 residentes). A prevalência da mortalidade devido a este tipo de doenças está concentrada nos municípios da Beira Baixa, Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela, tendo a Região de Aveiro e a Região de Leiria as menores taxas de mortalidade. Os municípios da Batalha, Leiria e Marinha Grande registaram as menores taxas de mortalidade deste tipo de doenças, ou seja, 2,1 por cada 1.000 residentes no primeiro e 2,6 por cada 1.000 residentes nos dois últimos, respetivamente.



Relativamente à [taxa de mortalidade por tumores malignos](#) as conclusões são semelhantes. A Região Centro registou, em 2020, uma taxa de 3 óbitos por 1.000 residentes em 2020, apenas inferior à registada no Alentejo (3,3 óbitos por cada 1.000 residentes). A taxa de mortalidade no Centro foi superior à média nacional que se fixou em 2,8 óbitos por cada 1.000 residentes, tendo-se verificado uma tendência de aumento na última década. Entre 2011 e 2020, a taxa cresceu 15%, ainda assim inferior ao aumento de 17% que ocorreu a nível nacional. A Região Autónoma da Madeira foi onde se registou o maior aumento da taxa de mortalidade por tumores malignos neste período (30%), seguida da Região Autónoma dos Açores (23%) e do Algarve (16%).



Ao nível territorial, a Beira Baixa, as Beiras e Serra da Estrela e o Médio Tejo voltaram a destacar-se pela negativa, como as regiões com maior taxa de mortalidade por tumores malignos na Região Centro, tendo a Região de Aveiro e a Região de Leiria registado os melhores valores neste indicador. Idanha-a-Nova foi o município onde se registou a maior taxa de mortalidade por tumores malignos (6,6 óbitos por 1.000 residentes), seguida de Penamacor (6,1 óbitos por 1.000 residentes) e Almeida (5,9 óbitos por 1.000 residentes). Em oposição, os municípios de Penalva do Castelo, Condeixa-a-Nova e Vila Nova da Barquinha registaram as menores taxas de mortalidade por tumores malignos, ou seja, 2,0 óbitos por cada 1.000 residentes nos dois primeiros e 2,1 óbitos por cada 1.000 residentes no último.





Fonte: DataCentro – Informação para a Região (<http://datacentro.ccdrc.pt/>)

Hospital: Estabelecimento de saúde que presta cuidados de saúde curativos e de reabilitação em internamento e ambulatório, podendo colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

Cama: Equipamento destinado à estadia de um indivíduo num estabelecimento prestador de cuidados de saúde.

Sala Operatória: Sala equipada e integrada em bloco operatório que permite a execução de cirurgias e de exames que requeiram elevado nível de assepsia e anestesia.

Internamento: Modalidade de prestação de cuidados de saúde a indivíduos que, após admissão num estabelecimento de saúde, ocupam cama (ou berço de neonatologia ou pediatria) para diagnóstico, tratamento ou cuidados paliativos, com permanência de, pelo menos, 24 horas.

Tempo de internamento: Total de dias utilizados por todos os doentes internados nos diversos serviços de um estabelecimento de saúde num período de referência, excetuando os dias das altas dos mesmos doentes desse estabelecimento de saúde.

Farmácia: Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos.

Posto farmacêutico móvel: Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente duma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento.

População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Médico: Pessoa com pelo menos um diploma básico de medicina e que pratica ou praticou medicina, como médica/o não especialista, especialista médica/o ou cirurgião, sob qualquer condição de trabalho. A prática de medicina é licenciada pela Ordem dos Médicos. Fonte: Estatuto da Ordem dos Médicos, arts. 1.º e 8.º.

Unidade de consulta externa: Unidade orgânico-funcional de um hospital onde os utentes são atendidos para consulta.

Medicamento: Substância ou associação de substâncias que possuem propriedades curativas ou preventivas de doenças e dos seus sinais ou sintomas, com vista a estabelecer um diagnóstico médico ou a restaurar, corrigir ou modificar as respetivas funções fisiológicas. Notas: os dados referem-se aos medicamentos comparticipados e dispensados em regime de ambulatório à população abrangida pelo Serviço Nacional de Saúde. Não estão incluídos os medicamentos relativos ao internamento hospitalar, nem os fármacos dispensados à população abrangida pelos subsistemas de saúde. Antidepressores, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos: os grupos e subgrupos foram atribuídos de acordo com a Classificação Farmacoterapêutica (CFT) - Despacho n.º 4742/2014 (2ª série), de 2 de abril, designadamente 2.9.1 como ansiolíticos, sedativos e hipnóticos; e 2.9.3 como antidepressores. Antibacterianos: os grupos e subgrupos foram atribuídos de acordo com a Classificação Farmacoterapêutica (CFT) - Despacho n.º 4742/2014 (2ª série), de 2 de abril, designadamente 1.1. como antibacterianos.

Nado-vivo: O produto do nascimento vivo (a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida).

Taxa quinquenal de mortalidade neonatal: (Somatório dos óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade nos últimos cinco anos) / (Somatório dos nados-vivos nos últimos cinco anos) x 1.000

Taxa quinquenal de mortalidade infantil: (Somatório dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade nos últimos cinco anos) / (Somatório dos nados-vivos nos últimos cinco anos) x 1.000

Taxa bruta de mortalidade: Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1.000 (10³) habitantes).

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório: (Número de óbitos por doenças do aparelho circulatório/ População residente estimada para o meio do ano)* 1.000

Taxa de mortalidade por tumores malignos: (Número de óbitos por tumores malignos/ População residente estimada para o meio do ano)*1.000



<http://datacentro.ccdrc.pt>



ccdrc

comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro